



Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na AGO da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 28/04/2011, a partir das 15:00 h.

Senhor Presidente, senhoras e senhores acionistas,

No exercício do direito de fiscalizar, sabidamente uma das prerrogativas essenciais do acionista, consoante o art. 109, III, da Lei 6.404/76, o acionista minoritário, AEPET – ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - e outros que quiserem acompanhá-la - justificam nesta AGO o voto às matérias da Ordem do Dia. Com base no art. 130 daquela lei solicitam sua transcrição integral na Ata desta assembléia.

Como é público e notório, o Estatuto da AEPET define como sua finalidade: defender o Monopólio Estatal do Petróleo (o pré-sal reforçou essa necessidade), defender a Petrobrás, defender o seu corpo técnico, além, é claro, de defender a Soberania Nacional.

Portanto, neste momento, Senhor Presidente, em face da nova responsabilidade atribuída, corretamente, à Petrobrás de operar toda província do pré-sal, crucial para a consolidação do Brasil como Nação soberana e independente, faz-se necessária a união das pessoas e forças da Companhia, por recair sobre ela a cobiça das empresas e países estrangeiros.

Neste aspecto reconhecemos a atuação efetiva em defesa da Petrobrás e do País por parte de Vossa Senhoria. Mas, ao mesmo tempo nos surpreende o fato de que o V.Sa é o primeiro presidente, em 50 anos, a não atender as solicitações de audiência da AEPET.

2 As ameaças à Petrobrás

A Wikipédia publicou quadro recente em que a reserva dos Estados Unidos da América caíram de 29 para 21,3 bilhões de barris de 2003 para 2008. Como os EUA consomem cerca de 10 bilhões por ano, sendo 8 bilhões internamente e 2 bilhões em suas bases militares e corporações pelo mundo, a busca deles petróleo é cada vez mais desesperada.

Sabemos ainda, que o cartel internacional do petróleo, que já foi detentor de 90% das reservas mundiais, hoje possui menos de 5% delas, também se encontram numa enorme insegurança energética. É outra poderosa fonte a pressionar o Governo para impedir as melhorias em nossa legislação. O Wikileaks mostrou telegramas que explicitam a pressão contra os três Poderes Nacionais exercida pelo cartel através dos: IBP, ONIP, FIESP E FIRJAN.

Comungamos ainda com a direção da Petrobrás - agora considerada a oitava maior empresa do mundo - pelo propósito de preservá-la como empresa brasileira líder no setor de energia, geradora de tecnologia de ponta e que, sob controle do Estado, incentiva as universidades e empresas nacionais a desenvolver e implantar os projetos no Brasil, consolidando tecnologias e gerando impostos que sirvam para serem alocados pelo governo federal, precipuamente, em seus programas sociais.



Mas, Senhor Presidente jamais deixaremos de exercer o nosso direito de fazer críticas construtivas de modo a ajudar a sanar problemas eventuais da Companhia.

A Petrobrás tem hoje uma boa diretoria entre as melhores da sua história, mas isto não é suficiente para resolver todos os problemas, inclusive os riscos operacionais, que, exigem, para serem sanados, o conhecimento dos fatos e dados de operação, a obediência rígida as normas de execução e a existência de uma política de recursos humanos que propiciem um clima operacional sadio, e que leve em conta condições de trabalho adequadas. As informações negativas nem sempre chegam a Diretoria.

O Projeto de Lei do Governo propondo o contrato de partilha teve avanços consideráveis em relação à legislação em vigor, pois, entre outros, designa a Petrobrás como a operadora da produção de todos os campos, gerando compra de materiais e serviços no País, desenvolvimento de novas tecnologias. Mas isto exige um aperfeiçoamento maior.

Entretanto, Senhor Presidente, no entender da AEPET, algumas questões estão a exigir providências urgentes a serem tomadas para defender o interesse da Empresa e dos acionistas minoritários. Foram estas que levaram a AEPET a solicitar, mais uma vez, audiência a V.Sa e lhe transmitir preocupações dos nossos sócios.

3) Por oportuno, Senhor Presidente, gostaríamos de explicitar um imenso paradoxo:

- 3.1) No final da década de 90, seis empresas ocuparam o 12º andar do EDISE e fizeram perfilar a alta gerência da Petrobrás para trazer as informações que eles quisessem. A justificativa era a de analisar, com detalhes, os dados da empresa para subsidiar a venda/doação das suas ações na bolsa de Nova Iorque. Entre elas estavam a Gaffney Cline e o Credit Suisse First Boston, que conduziram a privatização da YPF da Argentina e também a empresa Rotschild, do grupo que é proprietário da Repsol, da Shell e da BP;
- 3.2) Na gestão Reichstul, foi desmontada a equipe que fazia o planejamento estratégico da Companhia há mais de 20 anos, sendo substituída pela empresa americana Arthur D Little. O objetivo era preparar a Petrobrás para a desnacionalização. Assim, ela foi dividida em 40 unidades de negócio que seriam privatizadas; a Companhia foi instada a investir no exterior e a comprar ferro-velho nos países vizinhos (Argentina, Bolívia, Equador), além de uma refinaria nos EUA com imenso passivo ambiental. Aí também começou o processo de terceirização, a mudança do nome para Petrobrax e a mudança do plano PETROS de BD para CD (PPV). O sucessor, de Reichstul, Francisco Gros, num discurso em Houston – Texas, logo depois da sua posse na presidência da Petrobrás, chegou a dizer: “A Petrobrás passará de empresa estatal para uma empresa internacional totalmente privatizada”;
- 3.3) Na atual gestão da Companhia temos, de novo, uma empresa americana atuando: a Price Waterhouse Coopers que também entrevistou todos os diretores e a alta gerência, com acesso a todos os dados da Companhia. O resultado foi uma proposta perniciosa, mas homologada pela atual diretoria que, entre outras sabotagens, propõe: a repactuação de direitos, imposta por assédio moral. A inclusão de ilegal “tabela congelada” em Acordos Coletivos de Trabalho e as fraudes salariais para achatar o salário dos petroleiros aposentados e dos ativos. Também



consta do plano a iniciativa para privatizar a AMS e um incremento fortíssimo na terceirização que já atinge números assustadores, da ordem de 300.000 trabalhadores. São propostas contra a Petrobrás.

Todas estas empresas são oriundas dos EUA, um país que está numa insegurança energética dramática, pois segundo dados já citados da Wikipédia, suas reservas caíram para 21,6 bilhões de barris em 2008. O mesmo site aponta o Brasil com reservas 100 bilhões de barris. Ou seja, é a velha história da raposa gerenciando o galinheiro.

AGORA EXPLICITAMOS, SENHOR PRESIDENTE, O IMENSO PARADOXO: A AEPET, que, há 50 anos defende a Petrobrás, sendo responsável pela inserção do Monopólio Estatal na Constituição de 1988, tendo ajudado a impedir a sua quebra em 1994, sendo creditado a ela pela sociedade organizada o fato de não termos hoje uma petroleira desnacionalizada, chamada Petrobrax – foi a ação que a AEPET subsidiou o SINDIPETRO/RS que deteve a privatização das unidades de Negócio. Hoje ela está lutando no Congresso Nacional para derrubar a devolução dos royalties inserida pelo lobby no contrato de partilha, piorando muito a proposta inicial do Governo Lula.

Pois é essa entidade, considerada por muitos gerentes como inimiga - chegando a perseguir dirigentes dos seus núcleos regionais - e que sempre teve a maior dificuldade de acesso às informações, que são sempre destinadas para defender a Companhia. Seria o mesmo se ela fosse americana?

Aqui aflora um problema cultural: os asiáticos ao receber uma informação ruim, agradecem porque podem corrigir rumos. No Brasil, ao receber uma informação ruim logo se pensa: “esse sujeito tem alguma coisa contra mim”

Jamais moveu a AEPET a intenção de fazer co-gestão, por considerá-la errada. Algumas entidades têm agido assim no País e os resultados têm sido nefastos para os três segmentos: os trabalhadores, que ficam sem defesa; as entidades de classes que perdem a sua credibilidade e a Companhia que fica sem conhecer as aspirações de seus empregados. O que nos motiva é e, sempre será defender a Instituição Petrobrás, o seu corpo técnico e a Soberania Nacional.

Como temos dito, escrito e enviado mensagens para V.Sa. a área de RH, que deveria ter um plano diretor dessa importante função e uma estratégia muito forte para atender às responsabilidades assumidas com o pré-sal, não tem qualquer plano de médio e longo prazos. Só tem agido no sentido de cumprir as determinações da PWC, através de dois objetivos específicos que se resumem em duas ações catastróficas: acabar com a paridade salarial entre ativos e aposentados e privatizar a AMS.

Para alcançar esses dois objetivos, a Gerência de RH tem cometido erros grosseiros, como: fraudes salariais seguidas nos acordos coletivos, comprometendo a relação de confiança que deveria haver entre a empresa e seus empregados, gerando inúmeros processos judiciais contra a Petrobrás e a PETROS. Essas fraudes salariais levaram a um achatamento, inclusive, dos salários dos ativos. **A criação da ilegal tabela congelada para trapacear, com a cumplicidade da direção da PETROS os reajustes dos benefícios dos aposentados é uma excrescência vergonhosa.** A RMNR, idem. A mudança no PCAC-Plano de Carreira e Avaliação de Cargos, tornando-o uma colcha de retalhos, destruiu sua função de estruturar as carreiras como um meio para consecução dos objetivos estratégicos da Companhia.



A PLR é uma estratégia de iludir os ativos que também leva ao achatamento do salário deles. E exacerba a divisão entre ativos e aposentados. Hoje o salário inicial da Petrobrás é menor que a metade do salário inicial das seis maiores estatais brasileiras. A PREVIC, a

sétima, está em processo de concurso de seleção e o seu salário inicial oferecido é de R\$ 10.900 contra R\$ 5.400 da Petrobrás. O fato é tão grave que o salário inicial de engenheiro da Petrobras está abaixo do salário mínimo legal da categoria. O assédio moral pela Repactuação fez com que os empregados ativos tomassem conhecimento da covardia com os aposentados e com eles próprios, e estão revendo as suas aspirações.

A terceirização atingiu um nível tão elevado e perigoso que pode destruir a Petrobrás. É um número impensável, Presidente, 300.000 trabalhadores, boa parte sem treinamento, sem encargos sociais. E boa parte deles está trabalhando em atividades estratégicas, o que é ilegal. Até na área de pesquisas do CENPES eles estão. O Ministério Público do Trabalho está processando a Petrobrás contra a terceirização.

Na questão da AMS, a gerência de RH considera que as despesas são de custeio, quando na realidade elas são investimentos que a empresa faz, ou deveria fazer, para ajudar a reter os seus técnicos. O RH acenou com a criação de um Comitê Gestor para melhorar a AMS, mas logo desistiu e faz todos os movimentos para privatizá-la. O trabalho da Price Waterhouse, que visa enfraquecer a Companhia também propõe claramente o fim da AMS. Levamos esse trabalho a dois diretores da Companhia e eles se mostraram muito surpresos com as conclusões. Mas confessaram, constrangidos, que ele foi homologado pela diretoria Executiva.

Esses, Senhor Presidente, são alguns dos fatos graves que precisam ser corrigidos. Tendo em vista o acima exposto, sugerimos como acionista minoritário uma ampla reformulação do planejamento estratégico da Companhia. A começar pela rejeição das propostas do Price Waterhouse e uma redefinição da Estratégia e da Política de Recursos Humanos adequando-as com os níveis de responsabilidade ora destinados e assumidos por ela.

Busca-se, assim, recolocar a excelência da contribuição, dedicação e lealdade de seu pessoal como fator crítico de sucesso da Petrobrás, coerente com o princípio de que os R.H, são o maior Patrimônio para a perenidade de uma Empresa. Não Petrobrás eles são responsáveis pelo seu reconhecimento internacional.

Propomos uma profunda revisão da política de Recursos Humanos e salarial da Empresa, a fim de evitar que os nossos técnicos sejam atraídos pelos melhores salários em empresas concorrentes, inclusive multinacionais. Evita-se que a Petrobrás se torne uma escola de técnicos para as suas concorrentes. Sugerimos também ampla reformulação da política previdenciária. Ambas deletérias à retenção de técnicos. **Não se pode implementar um plano contra a Companhia.**

Há pessoas na PETROBRAS comprometidas com ela e capacitadas para ajudar na elaboração de uma nova Política Estratégica e de RH, bem como numa redefinição das funções dela decorrentes. O sucesso da PETROBRAS sempre foi sua Política de RH inovadora e efetiva, motivo pelo qual esta tem sido demolida por quem tem intenção de desnacionalizá-la.

4. A situação da PETROS

Como é do conhecimento da direção da Petrobrás, temos críticas sérias à política desenvolvida na questão previdenciária. Como não foi possível alterar este quadro, que, no nosso entendimento, prejudica os empregados ativos e aposentados e a própria Companhia, tivemos que questionar judicialmente as alterações implementadas. Sempre é importante lembrar que o grande instrumento de RH da Petrobrás na retenção de talentos e do sentimento de vestir a camisa da Companhia por parte de seus empregados, foi o Plano PETROS de Benefício Definido (BD), previdenciário.

Lembramos a grande ilegalidade do fechamento do Plano PETROS: o Conselho de Administração da Petrobrás decidira por solicitar à PETROS que deliberasse sobre esse fechamento. O ex-presidente Francisco Gros distorceu essa decisão, oficiando à PETROS que o Conselho de Administração da Petrobrás havia fechado o plano, fato inverídico que sequer tinha amparo na legislação.

Assim, reiteramos que a Petrobrás e a PETROS eliminem essa irregularidade restaurando para os mais de 20.000 empregados admitidos no período de agosto de 2002 a 26 de março de 2006, o direito legal de optar entre o Plano PETROS e o PETROS 2. E ponham fim às fraudes salariais para achatar salários e benefícios fragilizando a Companhia.

5. Eliminação das divisões discriminatórias

Também solicitamos a eliminação do limite de salário de contribuição do pessoal que entrou na companhia após 1982, por ser uma discriminação absurda e injustificada que leva um contingente da maior competência e experiência a uma insatisfação desnecessária com a nossa grande companhia. O decreto que fixou o limite foi extinto. Não tem sentido. Também o pessoal 78/79 é discriminado no tempo de aposentadoria. Essa divisão da Empresa em classes só interessa às empresas concorrentes internacionais de países que, por cobiçarem o nosso petróleo, querem enfraquecer a Petrobrás.

6. A Terceirização

A terceirização não pode comprometer o futuro de uma Empresa, pela perda de sua autonomia e capacidade de controle sobre seu destino. Essa diretriz deveria nortear a escolha das áreas passíveis de terceirização, e o nível em cada uma, observando a legislação brasileira em vigor que proíbe a atividade em áreas fins e estratégicas.

recordemos o depoimento dramático de um nosso associado: “Na minha unidade também constatei que não é só a questão de manter um contratado já treinado, mas cria-se um vínculo de amizade e o contratado é mantido independentemente da sua competência. Isso é mais evidente com contratados com estudo superior, os quais, pelo título que tem,



precisariam de um mínimo de treinamento. Com essa gestão de terceirizados dos últimos anos na Petrobrás há locais tão inchados e improdutivos quanto o serviço público”. A cifra de terceirizados já atinge os 300.000! **É preciso rever com urgência essa política. Há cerca de 80.000 concursados, capacitados, que tem que ser contratados.**

7. Monopólio da Odebrecht no setor petroquímico - reiteramos a nossa posição na AGO do ano passado.

CONCLUSÕES

Lembramos ainda, senhor presidente, que o senhor nos deve uma informação sobre os mecanismos escaladores referentes à troca de ativos com a Repsol. A Petrobrás recebeu ativos desta empresa, que perderam mais de 50% do seu valor, três dias depois do acordo firmado. Pelo contrato e os mecanismos citados a empresa deveria reembolsar a Petrobrás. Como acionista gostaríamos de ser esclarecidos: O aporte foi feito?

É importante lembrar que a AEPET, através dos companheiros do Sindipetro – RS, entrou com ação contra a troca de ativos com o argumento de que os ativos fornecidos pela Petrobrás valiam US\$ 2,2 bilhões e não US\$ 500 milhões como foram avaliados. Nesse cálculo, nós avaliamos o valor dos 30% da REFAP em US\$ 600 milhões. Hoje, eles foram recomprados por US\$ 800 milhões, confirmando que, mais uma vez, estávamos certos.

Estas e outras preocupações que lhe devemos transmitir pessoalmente, ou por carta, são questões relevantes para a sobrevivência tecnológica da Companhia e que necessitam de urgente revisão, caso contrário, a Petrobrás terá muita dificuldade de enfrentar a concorrência, muitas vezes desleal, da indústria internacional do petróleo. Ou terá que terceirizar as suas atividades no pré-sal, fato absolutamente inconveniente e indesejável.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011

Fernando Leite Siqueira
Presidente da AEPET